



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

Confere com o original
Líliandra S. Duarte
Líliandra dos Santos Duarte
Chefe de Seção
ID 3851036

CONTRATO Nº 284/2008-DLC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108/2008-DLC
PROCESSO Nº 5286-0300/08-3

Termo de Contrato de Prestação de Serviços
celebrado entre o Poder Judiciário e a empresa
LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
LTDA. Objeto do contrato: Serviços de telefonista
para diversas comarcas pertencentes às Regiões
05, 06 e 07.

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 89.522.064/0001-66, com sede nesta Capital, na Praça Marechal Deodoro, 55, adiante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, por intermédio de seu representante legal, competente para o ato.

CONTRATADA: **LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.482.840/0001-38, com sede em São José/SC, na Rua Otto Júlio Malina, nº 736, bairro Ipiranga, CEP 88111-500, fone/fax (48) 3733-3101, e-mail licitacoes@liderancaserv.com.br, adiante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Willian Lopes de Aguiar, Representante-Legal, fone (48) 3733-3116 e celular (48) 8832-0069.

As partes sujeitam-se às normas da Lei nº 10.520 de 17.07.2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei nº 11.389/99, publicada no DOE, de 26/11/99, e Lei Complementar nº 116/2003, bem como em consonância com a Consolidação das Leis do Trabalho e Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria Profissional dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana e Limpeza em Geral em vigor.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. Prestação de serviços de telefonistas para diversas Comarcas pertencentes às Regiões 05, 06 e 07, em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência do Edital convocatório.
- 1.2. As tarefas a serem executadas pelos empregados da futura contratada restringir-se-ão a orientar e executar trabalhos de ligação telefônica, operação de centrais telefônicas e de transmissão e recebimento de mensagens pelo telefone.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1. A **CONTRATADA** se obriga a manter, diariamente, uma equipe de profissionais, na forma, quantidade e horários previstos na Cláusula Primeira deste Contrato, de segunda a sexta-feira, uniformizadas e com boa apresentação, identificadas com crachá e cédula de identidade fornecida pela Secretaria de Justiça e Segurança - SJS.
- 2.2. Os empregados deverão ser rigorosamente selecionados pela **CONTRATADA**, a qual ficará responsável, para todos os efeitos legais e administrativos, perante o **CONTRATANTE** e a terceiros, pelos atos e omissões por eles praticados no



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

desempenho de suas funções, ou no próprio ambiente de trabalho. E na seleção, serão observados requisitos tais como: bons antecedentes, polidez, discrição, aparência, tato para lidar com o público, etc.

- 2.3 A CONTRATADA deverá apresentar seus empregados, antes do início dos trabalhos, pela primeira vez, ao Gestor do Contrato, exibindo sua documentação: Carteira Profissional e de Identidade.
- 2.4 Os empregados da CONTRATADA, envolvidos na prestação dos serviços só poderão ingressar, ou deixar as dependências do Foro, utilizando o acesso principal do prédio.
- 2.5 A CONTRATADA promoverá a substituição de empregados, quando solicitado pelo CONTRATANTE, bem como determinará modificações na lotação, mediante prévia comunicação ou alteração do número de empregados por meio de aditivo a ser firmado entre as partes.
- 2.6 O CONTRATANTE poderá efetuar glosagens nas faturas mensais, quando o Gestor do Contrato informar o número de faltas verificadas no período.

CLÁUSULA TERCEIRA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. A execução do presente Contrato será acompanhada por um gestor especialmente designado pela Administração do Tribunal de Justiça (conforme Termo constante no **Anexo V**), que deverá atestar, na Nota Fiscal ou em relatório específico, a correta execução dos serviços contratados, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes ao objeto contratual, nos termos do art. 67 da LF nº 8.666/93.
- 3.2. O Gestor verificará, igualmente, o cumprimento dos termos contidos no contrato, solicitando correção, quando não atendidos os termos do que foi previsto e contratado, sem que assista à CONTRATADA qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.
- 3.3. Qualquer fiscalização exercida pelo CONTRATANTE, feita em seu exclusivo interesse, não implica co-responsabilidade pela fiscalização e perfeita execução do contrato.
- 3.4. A CONTRATADA será advertida por escrito sempre que verificadas pequenas falhas técnicas corrigíveis.

CLÁUSULA QUARTA – ENCARGOS DA CONTRATADA

- 4.1. Prestar os serviços na forma ajustada, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
- 4.2. Efetuar inspeção quinzenal no local, e, se necessário, em intervalos menores, mantendo contato com o Gestor do Contrato.
- 4.3. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas com seus empregados envolvidos na execução do Contrato.



- 4.4 Pagamento dos salários, encargos sociais e trabalhistas de seus empregados, impreterivelmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao trabalhado.
- 4.5 A indenização imediata de dano ou prejuízo causados por seus empregados ao patrimônio do Estado onde estiverem sendo executados os serviços, nas instalações, móveis, máquinas e utensílios, incluídas as hipóteses de perdas e extravios.
- 4.6. A CONTRATADA será responsável pelo cumprimento, por parte de seus profissionais, das normas disciplinares determinadas pelo CONTRATANTE.
- 4.7. Caberá à CONTRATADA selecionar e preparar rigorosamente os profissionais que irão prestar os serviços, portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.
- 4.8. A CONTRATADA deverá manter seu pessoal corretamente uniformizado, exigindo-se que exista homogeneidade no vestuário (mesmo tipo e cor), devendo se apresentar invariavelmente limpos e identificados através de crachás, declinando nome, função do portador e razão social da CONTRATADA.
- 4.9. A CONTRATADA compromete-se a orientar os profissionais que prestarão os serviços para que sejam assíduos e pontuais, responsabilizando-se por efetuar a reposição da mão-de-obra no local dos serviços, imediatamente, em caso de eventual ausência.
- 4.10. A CONTRATADA deverá manter a disciplina nos locais dos serviços e atender, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, a solicitação de substituição do profissional cuja conduta seja considerada inconveniente ou insatisfatória pelo CONTRATANTE.
- 4.11. A CONTRATADA deverá registrar e controlar, juntamente com o responsável indicado pelo Gestor do contrato, conforme jornada contratada, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas e, também, comunicar a substituição ou inclusão de qualquer profissional da equipe que esteja prestando serviços.
- 4.12. A CONTRATADA assumirá todas as responsabilidades e tomará as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais acidentados ou com mal súbito, por seus meios próprios.
- 4.13. A CONTRATADA cumprirá, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança determinadas pelo CONTRATANTE.
- 4.14. A CONTRATADA observará a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- 4.15. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

- 4.16. A CONTRATADA, para o controle da efetividade do pessoal, poderá usar o relógio-ponto pertencente ao CONTRATANTE, quando instalado no prédio onde serão executados os serviços.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas.
- 5.2. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.
- 5.3. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aquele praticado no mercado objeto da contratação, de forma a garantir que aqueles continuem a ser os mais vantajosos para o CONTRATANTE.
- 5.4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não deve ser interrompida.
- 5.5. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicações de sanções, alterações e repactuações do Contrato.
- 5.6. Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do respectivo estado de conservação.
- 5.7. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando necessário, para execução dos serviços.
- 5.8. Prestar aos funcionários da CONTRATADA as informações e os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.
- 5.9. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados.
- 5.10. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Competirá exclusivamente à CONTRATADA o pagamento de salários, horas extras, gratificações e toda e qualquer classe de remuneração aos seus profissionais e também dos encargos sociais, prêmios de seguro de acidentes do trabalho, impostos, taxas e outros que incidam ou venham a incidir sobre os serviços ora contratados, cujos comprovantes de quitação deverão ser apresentados ao CONTRATANTE sempre que forem solicitados.
- 6.2. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA o pagamento de qualquer indenização ao seu pessoal em decorrência de acidente do serviço ou doença adquirida em função do trabalho ou não, obrigando-se a inscrevê-lo no INSS, para efeito de inclusão no seguro de acidente do trabalho.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

Confere com o original

Luciano S. Duarte
Luciano dos Santos Duarte
Chefe de Seção
ID 3851036

- 6.3. Compromete-se, igualmente, a CONTRATADA a cumprir, dentro dos devidos prazos, todas as obrigações fiscais, previdenciárias, sociais, trabalhistas e comerciais a que estiver obrigada em virtude dos serviços ora contratados, cujos comprovantes de quitação deverão ser apresentados ao CONTRATANTE sempre que forem solicitados.
- 6.4. A CONTRATADA fica obrigada a manter atualizados no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE, independente de solicitação, a Certidão Negativa de Débito (CND) perante a Seguridade Social e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- 6.5. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos referidos nesta cláusula, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato.
- 6.6. Fica ressalvado o direito regressivo do CONTRATANTE contra a CONTRATADA e admitida a retenção das importâncias a esta devida para a garantia do cumprimento das obrigações sociais e previdenciárias previstas em Lei.
- 6.7. Serão de responsabilidade da CONTRATADA os danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento.
- 6.8. A CONTRATADA responderá, também, diretamente perante terceiros, excluída qualquer responsabilidade do CONTRATANTE, por atos praticados pelo pessoal destacado pela CONTRATADA, quando estiver prestando os serviços ajustados e que venham a causar danos ou riscos à vida, à saúde, à integridade física e moral de terceiros ou ao patrimônio destes, ocasionados por dolo, imperícia, negligência ou imprudência. Em tais casos, o CONTRATANTE ficará alheio à relação jurídica que venha a se estabelecer entre a CONTRATADA e os terceiros prejudicados em virtude de tais danos.
- 6.9. A CONTRATADA fica obrigada a pagar, no prazo legal de 10 (dez) dias, as verbas rescisórias devidas aos empregados que vier a demitir e que estejam engajados nos serviços ora contratados.
- 6.10. A CONTRATADA deverá comprovar, **dentro do prazo de 30 (trinta) dias após a celebração deste ajuste**, de que atende, se for o caso de enquadramento, às Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho, nos termos do **Anexo VI** do Edital, sob pena de rescisão contratual.
- 6.11. A CONTRATADA se obriga, não somente a proporcionar medidas de segurança e medicina do trabalho aos seus empregados, com também fiscalizar o seu efetivo cumprimento, cabendo-lhe, exclusivamente, comandar ou ordenar seus empregados no local de trabalho estipulado na Cláusula Primeira deste Contrato.
- 6.12. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais acidentes de trabalho, doenças profissionais ou entidades mórbidas do trabalho de seus obreiros.



CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES

- 7.1. O atraso injustificado no início da execução dos serviços objeto do presente Edital sujeitará a adjudicatária à multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor mensal contratado, limitado a 10% (dez por cento).
- 7.2. No caso de inexecução total ou parcial dos serviços contratados, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:
- a) advertência;
 - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal contratado, em caso de inadimplemento de qualquer cláusula do contrato, dobrável em caso de reincidência;
 - c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o instrumento de contrato ou deixar de apresentar os documentos exigidos para a sua celebração, nos prazos e condições estabelecidas neste Edital;
 - d) multa de 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 10 (dez) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;
 - e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 7.3. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, a licitante e seus diretores, sócios-gerentes e/ou controladores, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderão ficar, **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, impedidos de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciados do Sistema de Cadastro de Fornecedor do Tribunal de Justiça, nos casos de:
- a) comportamento inidôneo;
 - b) cometimento de fraude fiscal;
 - c) fraudar a execução do contrato;
 - d) falhar na execução da contratação.
- 7.4. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.
- 7.5. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.
- 7.6. Apurado o valor da multa, após as cautelas legais:
- a) Será descontado dos valores eventualmente devidos pela Administração, nos termos dos artigos 86, § 3º, e 87, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

Confere com o original



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

Luizandra S. Duarte
Luizandra dos Santos Duarte
Chefe de Seção
ID 3051036

- b) informado à CONTRATADA, que será notificada por escrito acerca da referida penalidade, devendo providenciar o recolhimento da importância correspondente ao Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário -FRPJ, mediante depósito no BANRISUL, agência 0835, na conta corrente nº 03.152367.04 - Receitas Diversas, pertencente àquele Fundo, junto ao Posto do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Palácio da Justiça. O recolhimento deverá ser realizado através da guia bancária "Depósitos em Conta de Terceiros", no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação, no Diário da Justiça, do Edital que dá publicidade ao Ato, sendo necessária a apresentação do comprovante de recolhimento ao Departamento de Programação Orçamentária e Receita - DPROR, sob pena de ser solicitada sua inscrição em Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;ou
- c) lançado no rol da dívida ativa, devendo a correção obedecer ao indexador UPF-RS (Unidade Padrão Fiscal), desde a inadimplência até o seu pagamento, conforme dispõe o § 2º do art. 1º do Decreto nº 40.542, de 27 de dezembro de 2000, com juros de 1% (um por cento) ao mês, consoante art. 69 da Lei nº 10.904, de 26 de dezembro de 1996.
- 7.7. Em caso de rescisão, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 7.8. A licitante e seus diretores, sócios-gerentes e/ou controladores serão incluídos no "Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitat e Contratar com a Administração Pública Estadual" caso incorram em qualquer das sanções tipificadas na Lei Estadual nº 11.389, de 25 de novembro de 1999.
- 7.9. Mesmo sendo obrigação da CONTRATADA a adoção de medidas de engenharia (segurança) e medicina (saúde e higiene) do trabalho, eventual condenação do CONTRATANTE em processo judicial, assegurar-lhe-á o **direito de regresso**, restando, assim, em último caso, preservada a via da denunciação da lide, pelo Inc. III do art. 70 do CPC.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO

- 8.1. Este Contrato poderá ser rescindido pelas partes nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93, no que for cabível.
- 8.2. A CONTRATADA declara reconhecer os direitos do CONTRATANTE, previstos nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993, em caso de rescisão administrativa.
- 8.3. O presente Contrato poderá ser rescindido, caso se verifique situação prevista no art. 3º da Resolução nº 7, de 18/10/2005, com a redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/2005, ambas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.
- 8.4. O Contrato poderá ser rescindido, caso não seja atendido o item 6.10 deste contrato, conforme o enquadramento da contratada.
- 8.5. O Contrato poderá ser rescindido judicialmente, nos termos da legislação vigente.



CLÁUSULA NONA – PAGAMENTO

- 9.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços prestados, mediante apresentação das notas fiscais, o valor total mensal de **R\$ 98.660,42** (noventa e oito mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta e dois centavos), conforme abaixo discriminado.
- 9.2. O pagamento será efetuado contra empenho, mensalmente, após verificação do fiel cumprimento das obrigações assumidas e recebimento das faturas pela Seção de Investimento do DPRED, podendo ser liberado até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao vencido, correndo a despesa à conta da verba **03.01.6243.3.3.90.37** dos recursos do Poder Judiciário.
- 9.3. As associações cooperativas deverão apresentar, junto com a Nota Fiscal, a relação dos cooperados e comprovantes de retirada de pro labores dos associados envolvidos no prestação dos serviços.
- 9.4. Em se tratando de empresa:
- | | |
|---------------|---------------|
| MONTANTE "A": | R\$ 85.617,26 |
| MONTANTE "B": | R\$ 8.684,27 |
| MONTANTE "C": | R\$ 4.358,89 |
| TOTAL: | R\$ 98.660,42 |
- 9.5. A contratada deverá encaminhar a cada mês, anexos à Nota Fiscal/Fatura, sem o que não será possível o pagamento: cópia da folha de pagamento, Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência – GFIP, original ou em cópia autenticada, todos documentos com autenticação bancária, ou documento hábil que os substituam, na forma da legislação vigente, e Relação de Empregados (RE), relativa ao mês anterior ao dos serviços faturados; recibo de vale transporte e vale alimentação; Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e o Certificado de Regularidade junto ao FGTS, atualizados; Certidões Negativas de Débito Salarial, de Processo Administrativo e de Infração ao art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, emitidas pela Delegacia Regional do Trabalho, atualizada, original ou em cópia autenticada.
- 9.6. Todas as Notas Fiscais/Faturas emitidas pela CONTRATADA deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº da licitação e deste *Contrato de Prestação de Serviços*.
- 9.7. Incidirá correção monetária dos valores devidos, segundo a variação do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, entre o mês do vencimento e do pagamento do débito.

CLÁUSULA DÉCIMA – REAJUSTAMENTO

- 10.1. O reajuste será efetuado da seguinte forma:

- 10.1.1. Para o montante "A", no caso de a CONTRATADA ser pessoa jurídica de direito privado será reajustado na forma determinada pela legislação salarial e no dissídio

Conferir com o original



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

Lisandra S. Duarte
Lisandra dos Santos Duarte
Chefe de Seção
ID 3551036

ou acordo coletivo da categoria, independentemente do início da vigência do contrato, depois de publicada a homologação do acordo ou a sentença do dissídio.

10.1.2. Para o montante "B", no caso da CONTRATADA ser empresa, será reajustado anualmente, de acordo com a variação do IGP-M, publicada mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, tomando-se, como índice inicial, o do mês correspondente ao imediatamente anterior ao da apresentação da proposta, ou outro índice a ser estabelecido pelo Governo Federal em legislação posterior aplicável à espécie, conforme determinam os dispositivos contidos nos arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001, respeitados, em qualquer caso, os valores praticados no mercado.

10.1.3. Para o montante "C":

a) vale-alimentação: será reajustado na forma determinada pela legislação salarial e no dissídio ou acordo coletivo da categoria;

b) vale-transporte: será reajustado quando houver aumento da tarifa do transporte coletivo, devidamente justificado.

10.1.4. Constitui ônus da contratada requerer os reajustes, na época oportuna, e juntar os documentos pertinentes ao pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1. O prazo de vigência do Contrato será até **09 de abril de 2012**, a contar de 02/01/09, com a devida disponibilização da súmula do contrato no Diário da Justiça Eletrônico.

11.2. Os primeiros 90 (noventa) dias deste acordo serão de caráter experimental, podendo haver rescisão do contrato, por parte do CONTRATANTE, independentemente de prévia comunicação ou qualquer indenização a este título.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DESCONTOS

12.1. A inexecução dos serviços do presente Contrato, decorrente do não-suprimento de faltas, atrasos ou saídas antecipadas dos empregados da CONTRATADA, será descontada do preço estipulado, da seguinte maneira:

Valor mensal do contrato
DESCONTO = X horas a descontar
Total dias úteis/mês X horas dia útil X nº de profissionais.

12.2. Para fins de aplicação desta cláusula, considera-se dia útil aquele em que há previsão de prestação de serviços nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Respeitadas as disposições deste Contrato, passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, e terão plena validade entre as partes contratantes, o Edital do Pregão Eletrônico nº 108/2008-DLC e a proposta da CONTRATADA.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLC

- 13.2. Todas as comunicações relativas ao presente Contrato serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas por carta protocolada, telegrama, fax ou e-mail, na sede dos contratantes.
- 13.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que, a critério do CONTRATANTE, se façam necessários na execução do objeto deste Contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – FORO

- 14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre-RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Contrato, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em uma via, que, lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Porto Alegre, 09 de dezembro de 2008.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS
CONTRATANTE

Carla Fátima Amorim
Diretor Geral

LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
CONTRATADA

Testemunhas:

Silvia
Gleiza Vist Salazar
Procuradora Geral do Estado

Priscila
TÂNIA ROSA GUARANDA
Procuradora Geral do Estado